

Polícia Federal investiga Bernardino

Delegado tem 30 dias para apurar caso do Hospital Santa Juliana, que teria recebido valores superiores ao fixado pelo SUS

Monique Renne



O SECRETÁRIO ainda não tem data marcada para depor, mas deverá comparecer à Polícia Federal

MARIANA SANTOS

A Polícia Federal abriu inquérito ontem para investigar supostos crimes cometidos pelo secretário de Saúde afastado, Arnaldo Bernardino, acusado de encaminhar pacientes da rede pública preferencialmente e sem licitação ao Hospital Santa Juliana, que teria recebido pelas internações valores superiores aos tabelados pelo SUS. No comando das apurações estará o delegado Reniton Pimentel, da Delegacia de Polícia Fazendária da Superintendência Regional, que ainda não marcou a data para Bernardino prestar depoimento. O delegado tem 30 dias para concluir o inquérito, prorrogáveis por mais 30.

Apesar de as investigações terem começado oficialmen-

te ontem, a PF vinha levantando dados preliminarmente desde o início da semana, a pedido do Ministério Público do DF. Segundo a assessoria da PF, o papel principal será rastrear o percurso das verbas do SUS. Por se tratar de recursos federais, o Tribunal de Contas da União (TCU) também iniciou apuração sobre o caso.

Na quarta-feira, representantes dos sindicatos dos Médicos, dos Enfermeiros e dos Farmacêuticos tiveram um encontro com a governadora em exercício Maria de Lourdes Abadia, no Palácio do Buriti. Eles pediram participação no Conselho Gestor da Saúde, grupo de sete membros que vai gerir a pasta no DF no lugar da figura autônoma do se-

cretário. O conselho deve ser nomeado apenas na próxima semana, quando o governador Joaquim Roriz retornar da viagem aos Estados Unidos.

– Temos receio de que alguns setores políticos usem a secretaria para fazer política, que não seja de saúde – justifica César Galvão, presidente do Sindicato dos Médicos do DF, contando que a vice ficou de repassar o pedido. O cirurgião é ligado ao grupo de Arnaldo Bernardino.

Para a distrital Arlete Sampaio (PT), a incorporação de um sindicato na máquina do Executivo prejudica a autonomia do órgão de classe.

– É uma proposta completamente equivocada – afirma Arlete, que é médica.

Missão principal é rastrear o percurso das verbas federais